



## Análise

### **10/07/2007 - Vladimir Putin visita os Estados Unidos e discute o sistema antimísseis ..... p.01**

Em recente visita aos Estados Unidos, o presidente russo Vladimir Putin discutiu alguns aspectos do programa antimísseis estadunidense com George W. Bush. O encontro permitiu ao presidente russo ampliar suas ofertas na área de defesa como forma de resolver a crise que envolve os dois países.

## Resenha

### **28/06/2007 - Tentativas de finalização da Rodada de Doha ..... p.05**

No intuito de finalizar a Rodada de Doha, países desenvolvidos e em desenvolvimento reúnem-se e esforçam-se para resolver o principal entrave ao término das negociações: o comércio agrícola.

---

# Vladimir Putin visita os Estados Unidos e discute o sistema antimísseis

---

Análise  
Segurança

Fernando Maia  
10 de julho de 2007

---

**Em recente visita aos Estados Unidos, o presidente russo Vladimir Putin discutiu alguns aspectos do programa antimísseis estadunidense com George W. Bush. O encontro permitiu ao presidente russo ampliar suas ofertas na área de defesa como forma de resolver a crise que envolve os dois países.**

---

**A**s discussões acerca do programa antimísseis que os Estados Unidos da América (EUA) pretendem instalar na Europa continuam afetando as relações entre esse país e a Rússia [Ver também: [A crise entre Estados Unidos e Rússia em torno do sistema de defesa antimísseis estadunidense](#)]. A principal alegação russa contra o programa é que a instalação desse sistema de defesa constituiria uma ameaça à segurança da Rússia.

A mais nova declaração do Kremlin sobre o assunto foi feita pelo ex-Ministro da Defesa e atual vice-Primeiro-Ministro Sergei Ivanov. Segundo ele, a manutenção do plano estadunidense, tal como proposto, “traça uma nova linha de separação, um novo Muro de Berlim”<sup>1</sup>.

Em meio a essa crise, a Rússia propôs uma alternativa ao plano estadunidense: a utilização das instalações das bases russas no Azerbaijão e não na Polônia e na República Tcheca, como é proposto pelos EUA. Essa proposta foi feita no encontro do G-8, realizado no início de junho, na Alemanha [Ver também: [Os desafios da reunião do G8: do aquecimento global ao escudo antimísil](#)] e envolve a cooperação

bilateral sobre o tema e permitiria o intercâmbio de tecnologia militar.

Segundo o Kremlin, a utilização das instalações russas no Azerbaijão<sup>2</sup> permitiria aos dois países cooperarem em matéria de defesa através da troca de tecnologia militar e, ainda, atenderia à vontade estadunidense de ampliar seu escudo de defesa antimísseis. Contudo, essa proposta russa pouco avançou no encontro do G-8. O Presidente estadunidense, George W. Bush, classificou-a de “interessante”, apenas.

No dia 1º de julho, Vladimir Putin chegou a Kennebunkport, no estado do Maine, para uma visita informal ao presidente George W. Bush. Dois temas, dentre outros que foram discutidos, mereceram destaque: o escudo antimísseis, particularmente a afirmação estadunidense de que o escudo não se dirige à Rússia, e o endurecimento das sanções contra o programa nuclear do Irã.

Pescaria e passeios de barco deram um

---

<sup>2</sup> A base russa, com instalações de radares, oferecida aos EUA, situa-se em Gabala, cerca de 120km da cidade de Baku, capital do Azerbaijão. Essa base foi alugada pela Rússia em 2002, por um período de dez anos. Esses radares existem desde 1985 e contam com um alcance de 6.000km.

---

<sup>1</sup> Tradução livre. Fonte: El Clarín.

tom informal ao encontro dos dois presidentes. Entretanto, a visita teve o propósito claro de discutir assuntos que afetam de maneira expressiva as relações entre Washington e Moscou.

Especialmente no caso do sistema antimísseis, Putin reafirmou o compromisso de trabalhar com os EUA através da utilização conjunta dos radares no Azerbaijão e da troca de informações. Nesse encontro, o presidente russo ampliou sua oferta, propondo a criação de uma base de dados sobre defesa a ser administrada conjuntamente em Moscou e em Bruxelas (sede da Organização do Tratado do Atlântico Norte, OTAN). Ademais, a Rússia propôs a utilização conjunta dos novos radares, além daquele do Azerbaijão, que estão sendo construídos no sul da Rússia. Todas essas medidas visam fazer com que os EUA desistam de sua intenção de instalar suas bases na Polônia e na República Tcheca. Nesse sentido, a posição de Moscou tem sido a de ser um parceiro mais cooperativo, disposto a ser um “parceiro estratégico” dos EUA. Entretanto, espera-se que esse comportamento continue na medida em que as condições sugeridas forem acatadas.

Apesar das novas propostas russas, a situação pouco mudou. O Presidente Bush classificou-as de “estratégicas”, mas ainda não proferiu qualquer decisão sobre o assunto.

É possível dizer que Moscou adota uma posição mais firme diante dessa demora por parte dos EUA em aceitar suas propostas. Por outras palavras, se de um lado a Rússia adota um tom mais cooperativo, propondo medidas que façam com que o tema do escudo antimísseis seja tratado em âmbito multilateral<sup>3</sup>, por exemplo, por outro ela adota um discurso mais duro em certo

sentido. Foi o que aconteceu depois da visita de Vladimir Putin aos EUA: a Rússia ameaça instalar mísseis na província de Kaliningrado (entre Polônia e Lituânia) como forma de neutralizar a ameaça estadunidense, caso a proposta russa não seja aceita.

O vice-Primeiro-Ministro Ivanov afirmou ainda, segundo reportagem do jornal *El País*, que caso a resposta de Washington às propostas russas seja negativa, Moscou tomará as “medidas adequadas” à sua segurança “independentemente de como evolua a situação”<sup>4</sup>.

Um olhar panorâmico sobre essa crise permite a discussão de alguns aspectos da posição russa.

Em primeiro lugar, é preciso dizer que o discurso mais duro de Moscou em alguns momentos, como essa recente ameaça de instalação de mísseis em Kaliningrado, por exemplo, reforça sua estratégia de atuação no sistema internacional. Na medida em que a Rússia está buscando um papel mais ativo na política internacional, seria paradoxal adotar uma postura passiva diante da iniciativa estadunidense de instalação de parte do programa antimísseis na Polônia e República Tcheca, países vizinhos da Rússia.

Ainda que esse programa não tenha como alvo a Rússia – pelo menos o discurso oficial dos Estados Unidos vai no sentido de defesa contra os “estados párias” (*rogue states*)<sup>5</sup>-, ela vê nesse objetivo uma ameaça à sua segurança e procura, com isso, marcar sua posição contra as intenções dos EUA. Nesse sentido, as declarações de Ivanov a respeito da criação de um “novo Muro de Berlim” na Europa podem ser entendidas como uma exploração política da situação contra esse programa.

Paralelamente a essa posição, é preciso avaliar a possibilidade que a Rússia tem

<sup>3</sup> Ressalte-se que a Rússia propõe que esse tema seja levado à OTAN como se evidencia até mesmo com a proposta de criação de um banco de dados sobre defesa.

<sup>4</sup> Fonte: El País. Tradução livre.

<sup>5</sup> Irã e Coréia do Norte, por exemplo.

de sustentar sua posição. Por outras palavras, chama-se atenção para o fato de que existe um discurso oficial de crítica ao escudo antimísseis como sendo uma ameaça à segurança russa que gera ações práticas como a instalação de mísseis na província de Kaliningrado. É a sustentação desse tipo de posição que merece ser analisada.

Com o fim da Guerra Fria, a Rússia passa por um momento de obsolescência de suas forças armadas. As instalações do sistema tão próximas de seu território<sup>6</sup> aliada à essa obsolescência das forças armadas, constituem uma séria ameaça à capacidade defensiva russa. Além disso, não se conhece a real disponibilidade e operacionalidade dos armamentos estratégicos russos.

Num cenário hipotético, a deficiência defensiva russa ficaria evidente, por exemplo, com a identificação equivocada de algum artefato contra o país; ou, ainda que se de fato houvesse um artefato lançado contra a Rússia, a deficiência de suas instalações impediria de interceptá-lo a tempo.

Tentando evitar que esse cenário venha a ocorrer, a administração Putin vem gastando mais na área da defesa, buscando a modernização das suas forças armadas e equipamentos. Novos radares também estão sendo construídos no sul da Rússia. Contudo, os gastos nessa área ainda não são expressivos a ponto de deixar o país com uma boa capacidade defensiva. Ressalte-se que não se está afirmando que a Rússia não dispõe de capacidade defensiva e nem que ela seja tão precária a ponto de torná-la tão vulnerável. Chama-se atenção, pois, para as situações que a obsolescência pode gerar para um país de visível peso internacional como é a Rússia.

Diante dessa situação, a recente oferta de compartilhamento de bases no Azerbaijão

pode vir a ser uma opção interessante para a administração Putin. Isto porque os EUA poderiam destinar recursos para deixar essas bases plenamente operacionais para que elas cumpram seu objetivo, qual seja, neutralizar um eventual ataque de países como Irã ou Coreia do Norte, por exemplo, contra os EUA e Europa.

Além disso, a proposta de trabalhar conjuntamente com os EUA e no âmbito da OTAN é também interessante para a Rússia, visto que haverá intercâmbio de tecnologia e de informações em matéria de defesa. Nesse sentido, a cooperação pode trazer benefícios.

Ante o exposto, é possível dizer que a sustentação de uma posição mais firme por parte de Moscou encontra uma certa dificuldade, que é fruto da situação vivida pelo país no período pós-Guerra Fria (mas que está buscando superar através de gastos militares). O oferecimento das instalações no Azerbaijão, o intercâmbio de tecnologia militar e de informações, mais do que reforçar a confiança entre os dois países, permite à Rússia auferir vantagens em matéria de defesa.

Ressalte-se, por fim, que se os EUA aceitarem as propostas russas, haveria outra vantagem para a Rússia: a “zona de influência” russa no leste europeu estaria livre da presença estadunidense e ela poderia exercer sua influência nessa região, que teve muitos estados tornando-se membro da OTAN após o fim da União Soviética.

## Referência

### Sites:

El Clarín

<http://www.clarin.com>

El País

<http://www.elpais.com>

<sup>6</sup> Admitindo-se que, de fato, elas sejam instaladas na Polônia e República Tcheca.

---

Estado de São Paulo

<http://www.estado.com.br>

New York Times

<http://www.nytimes.com>

Ria Navosti

<http://en.rian.ru>

The Economist

<http://www.economist.com>

**Ver também:**

05/05/2007 - [A crise entre Estados Unidos e Rússia em torno do sistema de defesa antimísseis estadunidense](#)

14/06/2007 - [Os desafios da reunião do G8: do aquecimento global ao escudo antimísil](#)



---

# Tentativas de finalização da Rodada de Doha

---

Resenha  
Desenvolvimento / Economia e Comércio

Raphael Rezende Esteves  
28 de junho de 2007

---

**No intuito de finalizar a Rodada de Doha, países desenvolvidos e em desenvolvimento reúnem-se e esforçam-se para resolver o principal entrave ao término das negociações: o comércio agrícola.**

---

**A**s recentes negociações entre os Estados membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) indicam a disposição dos mesmos em concluir a Rodada de Doha - também denominada Rodada do Desenvolvimento -, iniciada na capital do Qatar, em 2001.

Dessa maneira, ocorreu no dia 11 de junho de 2007, em Genebra, uma reunião entre alguns blocos que agrupam os países em desenvolvimento membros da OMC, com o intuito de delinear os interesses comuns desses países e, conseqüentemente, posicionar-se de maneira mais firme em suas reivindicações junto aos países desenvolvidos. Encontraram-se os representantes dos seguintes grupos: G-20, G-33, do Grupo de Países da África, Caribe e Pacífico (ACP), do Grupo de Países de Menor Desenvolvimento Relativo (LDCs - sigla em inglês), do Grupo Africano das Economias Pequenas Vulneráveis (SVEs), do Algodão-4, da Comunidade Caribenha de Nações (CARICOM) e do NAMA-11 (non-agricultural market access).

O comunicado oriundo da reunião acabou por reforçar o papel crucial que a agricultura ocupa na chamada Agenda do Desenvolvimento de Doha. Esse tema, inclusive, vem sendo o principal

responsável pela demora no fechamento da atual Rodada da OMC, que se dá principalmente pela recusa estadunidense e européia em remover os auxílios que dão aos produtores agrícolas domésticos.

Os países em desenvolvimento, por meio do comunicado citado anteriormente, posicionaram-se de forma a defender três aspectos principais: redução substancial e efetiva no apoio interno distorcivo ao comércio; melhora substancial em acesso a mercados; e a pronta eliminação de todas as formas de subsídios à exportação até o prazo de 2013. O primeiro aspecto, o apoio interno, diz respeito principalmente às políticas domésticas adotadas atualmente pelos Estados Unidos da América (EUA), que envolvem o montante estimado de US\$ 11 bilhões. Acordou-se durante a reunião que o valor aceitável para o apoio interno estadunidense se mantivesse entre US\$ 10 bilhões e US\$ 14 bilhões, ao passo que os EUA defendiam um teto de US\$ 17 bilhões.

O princípio do equilíbrio norteou a posição expressa pelos países, abrangendo não apenas a questão da agricultura e a diferenciação da prática da mesma nos países em desenvolvimento e desenvolvidos, mas também os resultados em outras áreas de negociação. Isso se dá



devido à forma com que as negociações se dão no âmbito da OMC, seguindo a norma do "empreendimento único" (em inglês, *single undertaking*), que demanda, para finalizar as negociações, a aprovação de todos os temas.

Por fim, em conformidade com o posicionamento histórico dos países em desenvolvimento em relação ao comércio internacional, o comunicado da reunião apontou também a defesa da importância do tratamento especial e diferenciado para estes países. Sendo assim, os compromissos de redução tarifária deveriam considerar a "proporcionalidade global", bem como "a segurança alimentar, o desenvolvimento rural e as preocupações de subsistência dos países em desenvolvimento".

Da mesma forma em que são pressionados para reduzirem os subsídios, os países desenvolvidos deveriam também reduzir as tarifas para importações de produtos agrícolas. A posição do G20 defende a redução de 54% das tarifas de importação desses produtos, o que representa um ponto intermediário entre a proposta europeia de 39% e a proposta estadunidense de 66%. Em contrapartida, os países em desenvolvimento deveriam abrir mais seus mercados para a entrada de produtos industriais e serviços advindos dos desenvolvidos.

Em uma tentativa de atingir resultados positivos que possam representar avanços em direção ao um acordo quanto ao término das negociações, representantes do Brasil, Comunidades Europeias (CE), EUA e Índia reuniram-se na Alemanha, nos dias 20 e 21 de junho de 2007. O chamado G4 tratou principalmente da questão dos subsídios e das tarifas aplicadas aos produtos agrícolas nos países desenvolvidos. O encontro não atingiu resultados positivos e, embora estivesse previsto para se encerrar no dia 23, foi interrompida com a saída dos representantes da Índia e do Brasil no dia

21, que consideraram desnecessário continuar as negociações nos termos apresentados por suas contrapartes europeia e estadunidense.

De acordo com o Ministro de Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, o maior problema foi relacionado ao montante dos subsídios agrícolas, devido à resistência de Peter Mandelson, Comissário de Comércio da União Europeia, e Susan Schwab, Representante dos Estados Unidos para o Comércio, em reduzir o valor destinado aos produtores internos.

O próprio Diretor-Geral da OMC, Pascal Lamy, havia afirmado, antes da reunião do G4, que caso não houvesse um acordo, ele pressionaria as CE para fazerem concessões no setor agrícola.

Mesmo com o fim abrupto do encontro, Mandelson argumentou: "Não conseguimos convergência em nossa ampla agenda, mas fizemos alguns progressos em assuntos como acesso ao mercado agrícola e subsídios, competitividade nas exportações e ajudas à exportação"; embora não tenha detalhado mais profundamente tais progressos.

Como demonstração da falta de unanimidade no interior do bloco dos países em desenvolvimento, no dia 25 de junho de 2007 houve a apresentação de uma proposta, por parte, inclusive, de alguns membros do G20, que indica maior disposição à abertura do mercado de bens e serviços do que a apresentada pelo Brasil e pela Índia. A proposta, assinada por Chile, Colômbia, Costa Rica, Hong Kong, México, Peru, Cingapura e Tailândia, defende que "as perdas ligadas ao fracasso ou paralisação [da Rodada Doha] ultrapassam em muito os custos de um acordo menos que perfeito". Estes Estados demandam maiores concessões tanto dos países desenvolvidos quanto dos países em desenvolvimento, como forma de atingir o sucesso no encerramento da rodada.



Deve-se ressaltar que o fechamento da atual rodada de negociações da OMC apresenta certo atraso, caso considere-se as previsões iniciais, que apontavam o fim da mesma em 2004. Nesse sentido, Amorim afirmou: "Todos sabemos que estamos em uma fase de negociações, mas não estamos dispostos a sacrificar nossas posições fundamentais simplesmente para obter um resultado rápido". Por sua vez, em consonância com a posição do G20, o Ministro do Comércio da Índia, Kamal Nath, grande aliado de Amorim nas negociações na OMC, argumentou: "Acreditamos que esse é um momento histórico para corrigir as falhas no comércio agrícola".

Entretanto, cabe salientar a proximidade das eleições estadunidenses em 2008, assim como das eleições indianas em 2009, poderão comprometer o ritmo das negociações, caso não se encerrem até o fim de 2007. Isso se daria justamente pela dificuldade desses Estados em firmar acordos com impactos tão importantes domesticamente, como são os acordos no âmbito do comércio internacional, em um momento de transição interna.

## Referência

### Sites:

Folha Online

<http://www.folhaonline.com.br>

International Centre for Trade and Sustainable Development

<http://www.ictsd.org>

Ministério das Relações Exteriores do Brasil

<http://www.mre.gov.br>

### Ver também:

30/03/2007 - [OMC reabre a Rodada de Doha](#)

08/08/2006 - [OMC suspende Rodada de Doha](#)

## Conjuntura Internacional

**Pontifícia Universidade Católica - MG**

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

### Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação-Geral: Profa. Liana Araújo Lopes

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Profa. Liana Araújo Lopes; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Andre Klausing; Celeste Cristina Badaró; Diego Paes; Diego Morlim; Fernando Maia; Joana Laura Nogueira; Lígia Mello; Luiz Fernando Moura e Castro; Raphael Rezende Esteves.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Itaú, 525, 2º subsolo, Prédio Redentoristas - Dom Bosco - Belo Horizonte - MG - CEP 30850-035 Tel: (31)3319-4426 email: [ci@pucminas.br](mailto:ci@pucminas.br) website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>

